



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

XXIV CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA
2ª REGIÃO

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa - 07/MARÇO/99

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz VALENTIN CARRION - Presidente
Juíza VANIA PARANHOS
Advogado JAYME BORGES GAMBÔA - (OAB)

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz CARLOS ROBERTO HUSEK - Presidente
Professor CARLOS MOREIRA DE LUCA
Advogado CARLOS CARMELLO BALARÓ (OAB)

Obs.: O gabarito desta prova será publicado no dia 10 de março de 1999, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II .

COMISSÃO DE CONCURSO DA MAGISTRATURA
TRT/2ª REGIÃO

Rua da Consolação, 1.272 - 5º andar - CEP 01302-906 - SP
Fone: 255.4111 - Ramal 2297

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

51. O agravo de petição só será recebido:

- a) quando o agravante delimitar as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.
- b) quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.
- c) quando o agravante delimitar os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.
- d) quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, por carta de sentença.

52. Proferida a sentença ilíquida, e interposto o recurso ordinário pela reclamada, o reclamante, depois de contrariar o recurso ordinário, requer a formação de carta de sentença para promover a liquidação provisória. O Juiz Presidente deverá:

- a) indeferir a formação de carta de sentença, pois, só o acórdão proferido no julgamento de recurso ordinário pode ser executado provisoriamente.
- b) deferir a formação de carta de sentença, mediante a prestação de caução, pois só a sentença líquida pode ser executada provisoriamente.
- c) deferir a formação da carta de sentença, para que a decisão seja executada provisoriamente, pois o recurso ordinário tem efeito meramente devolutivo.
- d) indeferir a formação de carta de sentença, pois a carta de sentença deveria ter sido requerida quando da apresentação das contra-razões ao recurso ordinário.

53. O depósito recursal para a garantia da instância deverá ser comprovado nos autos:

- a) no prazo para a interposição do recurso.
- b) até o momento em que é protocolizado o recurso.
- c) até a apresentação das contra-razões, desde que o depósito tenha sido feito no prazo do recurso.
- d) dentro dos 5 dias seguintes da interposição do recurso.

54. Proferida a sentença, a reclamada formula embargos declaratórios, pedindo que a Junta se pronuncie sobre a arguição de inconstitucionalidade, formulada em contestação, da norma em que se fundou a decisão condenatória. A decisão em embargos:

- a) não deve conhecer dos embargos declaratórios, porque não estão presentes os pressupostos legais (omissão ou obscuridade).
- b) não deve conhecer dos embargos declaratórios, pois estes não são cabíveis contra a fundamentação da decisão.
- c) não deve acolher os embargos declaratórios, porque o juiz não está obrigado a se manifestar quanto a todos os argumentos utilizados pelas partes.
- d) deve conhecer dos embargos e se manifestar quanto à alegada inconstitucionalidade, acolhendo ou rejeitando a alegação.

55. Ao ser qualificada testemunha do reclamante, previamente arrolada e intimada para prestar depoimento, o preposto da reclamada a contradita por amizade íntima. A testemunha nega a amizade íntima. O preposto da reclamada requer sejam ouvidas suas testemunhas presentes para comprovar a contradita. O Juiz Presidente deverá:

- a) tomar o depoimento das testemunhas da reclamada quanto aos fundamentos da contradita para decidir sobre a mesma.
- b) indeferir a oitiva das testemunhas, pois elas foram arroladas e a contradita deveria ter sido formulada antes da audiência.
- c) indeferir o requerimento do preposto, pois o preposto não pode assumir o papel de advogado formulando requerimentos na instrução do processo.
- d) ouvir a testemunha contraditada, depois de fazê-la prestar compromisso de dizer a verdade sob as penas da lei. No momento de tomar o depoimento das testemunhas da reclamada, ouvi-las quanto aos fundamentos da contradita, e depois decidir quanto ao depoimento da testemunha do reclamante que fora contraditada, levando em considerando ou não seu depoimento.

56. Contraditada a testemunha, ela reconheceu ser amiga íntima do reclamante, pelo que foi acolhida a contradita e dispensada pelo Juiz Presidente seu depoimento. O patrono do reclamante requereu que a testemunha fosse ouvida como informante, pois era a única que presenciara os fatos ligados à questão em debate (justa causa invocada pela reclamada).

- a) o Juiz Presidente ouvirá ou não a testemunha, a seu exclusivo critério, pois ouvir testemunha suspeita como informante é faculdade sua.
- b) o Juiz Presidente deverá submeter o requerimento aos Juizes Classistas, sendo tomada a decisão pelo Colegiado.
- c) o Juiz Presidente deverá tomar o depoimento da testemunha, como informante, sem tomar-lhe o compromisso, sob pena de estar cerceando a defesa da parte.
- d) o Juiz Presidente indeferirá o requerimento pois testemunha suspeita não pode ser ouvida em juízo.

57. Das alternativas abaixo, somente uma abriga duas características (princípios ou singularidades) aplicáveis tanto ao processo do trabalho como ao processo civil. Aponte a hipótese correta:

- a) identidade física do juiz, "jus postulandi", conciliação.
- b) publicidade, lealdade processual, "in dubio pro operario".
- c) oralidade, "jus postulandi", irrecorribilidade das decisões interlocutórias.
- d) livre convicção, irrecorribilidade das decisões interlocutórias, "jus postulandi".

58. Aponte a hipótese correta:

- a) haverá irregularidade que pode levar à declaração de nulidade do processo no Tribunal, a circunstância do juiz ouvir as testemunhas de uma das partes numa audiência e a da outra em audiência de prosseguimento, ante a regra da incomunicabilidade das testemunhas.
- b) ante os termos do artigo 849 da CLT, estabelecendo que a audiência será contínua, a repartição da audiência causará nulidade processual, porque ofende o princípio da concentração dos atos processuais.
- c) as partes têm o dever de comparecer à audiência no horário designado, mas o juiz está obrigado a tolerar um atraso de quinze minutos.
- d) no uso de seu poder de polícia, pode o juiz, para manter a ordem e o decoro na sala de audiência, requisitar força policial, em situações extremas, e determinar que a parte que esteja perturbando o andamento dos trabalhos se retire, ainda que não tenha vindo acompanhada de advogado.

59. Se o Juiz Presidente, após as razões finais, mantiver o valor que deu à causa, que era de valor indeterminado, e não acolher a impugnação de qualquer das partes, essa decisão poderá ser imediatamente atacada através de:

- a) correção parcial.
- b) pedido de revisão.
- c) agravo de instrumento.

d) recurso ordinário.

60. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando:

- a) for argüida por quem lhe tiver dado causa, na primeira oportunidade que falar nos autos.
- b) as partes pretendem procrastinar o feito.
- c) resultar dos atos inquinados, manifesto prejuízo à parte que argüiu a nulidade.
- d) for argüida em recurso ordinário.

DIREITO DO TRABALHO

61. No que tange às diversas relações jurídicas no campo do trabalho, temos:

- a) o negócio jurídico envolvendo de um lado um empregador, e de outro, uma pluralidade de empregados, em relação única, é uma convenção coletiva.
- b) o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior ou profissionalizante, em empresas públicas ou privadas, de acordo com a lei específica não cria vínculo de emprego, embora tenha características de um contrato de aprendizagem.
- c) o contrato celebrado entre o armador ou agente de embarcações e os tripulantes, tendo por objeto a prestação de serviços à bordo, é um contrato de equipe.
- d) os que trabalham à bordo de uma embarcação, nos termos da letra anterior, são considerados avulsos.

62. Aponte a hipótese correta:

- a) o aviso prévio por romper o contrato de trabalho, não é retratável.
- b) a retratação do aviso prévio é possível, mas condicionada à vontade da vontade da outra parte.
- c) o aviso prévio é retratável, independentemente da vontade da outra parte, uma vez que o vínculo não chegou a ser desfeito.
- d) não é devido o aviso prévio no caso de despedida indireta.

63. Do contrato individual de trabalho é correto dizer:

- a) o contrato de experiência não poderá exceder de 3 (três) meses.
- b) poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.
- c) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa vai afetá-lo diretamente.
- d) os direitos oriundos de sua existência desaparecerão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

64. O prazo de eficácia das normas coletivas estipuladas em convenções ou acordos não poderá ter a duração superior a:

- a) um ano.
- b) dois anos.
- c) três anos.
- d) cinco anos.

65. No tocante à transferência do empregado é correto dizer:

- a) o adicional de 25% somente é devido em caso de transferência definitiva.
- b) pagando o empregador o adicional de 25%, as despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregado.

- c) condição meramente implícita de transferência não é suficiente para que o empregador possa alterar o local de trabalho do empregado.
- d) não se considera transferência, para efeitos legais, a mudança do local de trabalho que não acarreta necessariamente mudança do domicílio do empregado.

66. A respeito da forma de pagamento do salário é correto dizer:

- a) pagamento mediante depósito bancário constitui prática largamente utilizada que, porém, não é expressamente prevista em lei.
- b) sendo o empregado analfabeto, deve o pagamento ser feito na presença de duas testemunhas.
- c) o pagamento realizado em moeda que não a corrente no País considera-se como não feito.
- d) vencendo-se o quinto dia útil no sábado, o pagamento poderá ser feito no máximo até a segunda-feira imediatamente subsequente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

67. Indique a resposta correta em matéria de execução contra a Fazenda Pública:

- a) o prazo para a apresentação dos embargos conta-se em dobro.
- b) o prazo para a apresentação dos embargos conta-se em quádruplo.
- c) o prazo para a apresentação dos embargos é de cinco dias.
- d) o prazo para a apresentação dos embargos é de dez dias.

68. Em matéria de recurso pode-se dizer:

- a) o prazo para o revel recorrer conta da publicação da sentença, independentemente de intimação.
- b) o falecimento do advogado não reabre o prazo recursal, uma vez que a própria parte é titular do direito de agir.
- c) da decisão que não admite recurso adesivo cabe agravo de petição.
- d) embora grosseiro o erro do advogado ao interpor recurso impróprio, aplica-se o princípio da fungibilidade para não prejudicar a parte interessada.

69. Aponte a hipótese correta:

- a) a arguição de conexão pode ser feita através de exceção de incompetência, devendo a parte apontar o juízo competente em razão da conexão.
- b) a conexão deve ser argüida em preliminar à contestação, sob pena de preclusão.
- c) a conexão pode ser argüida pelo réu, não podendo fazê-lo o autor que tomou a iniciativa da propositura do processo.
- d) a conexão pode ser conhecida de ofício pelo juiz.

70. Aponte a hipótese correta:

- a) a contestação e a reconvenção deverão ser oferecidas simultaneamente, em peças autônomas.
- b) a reconvenção deve ser apresentada juntamente com a contestação, sendo processada em apenso aos autos principais.
- c) a reconvenção deve ser apresentada como preliminar à contestação.
- d) a reconvenção pode ser oferecida depois de contestado o feito, desde que dentro do prazo para a contestação.

71. Aponte a hipótese correta:

- a) a sentença que julga além dos limites da lide (sentença extra ou ultra petita) deve ser anulada pelo Tribunal que julgue a apelação, baixando para que nova decisão seja proferida pelo Juiz nos limites da lide.
- b) a sentença que julga abaixo do pedido (citra petita) pode ser corrigida pelo próprio Juiz, quando provocado através de embargos de declaração.
- c) quando o Juiz examina o pedido e aplica o direito com fundamentos diversos dos fornecidos na petição inicial há nulidade por julgamento extra petita.
- d) julgando processo que envolva relação jurídica condicional, o Juiz pode proferir sentença genérica.

72. Aponte a hipótese correta:

- a) a perícia poderá consistir apenas na inquirição, em audiência, pelo Juiz, do perito e dos assistentes, a respeito das coisas que tiverem informalmente examinado ou avaliado.
- b) os assistentes técnicos serão indicados pelas partes no prazo que for deferido pelo Juiz.
- c) o perito e os assistentes técnicos poderão ser recusados por impedimento ou suspeição.
- d) o Juiz deverá fundamentar sua decisão em laudo técnico, quando vá decidir sobre questão que envolva conhecimentos especializados. Se o laudo pericial for insuficiente para convencer o Juiz, este nomeará um segundo perito.

DIREITO CIVIL

73. Aponte a hipótese correta:

- a) ainda que aproveite ao credor pagamento feito a terceiro desqualificado, será o mesmo inválido e não terá força liberatória.
- b) para a prova do pagamento de uma dívida, é necessário o respectivo recibo. Não cabendo a presunção de pagamento.
- c) se as partes nada convencionarem no contrato, a respeito do lugar do pagamento, a dívida será tida como "portable".
- d) haverá presunção legal de que o pagamento é "querable", se as partes não convencionarem o lugar do pagamento.

74. Aponte a hipótese correta:

- a) o menor, relativamente incapaz, nunca poderá agir sem a presença de um assistente.
- b) poderá o menor de 21 anos e maior de 18 anos exercer na Justiça Criminal o direito de queixa, renúncia e perdão.
- c) não poderá o menor de 21 anos e o maior de 18 anos firmar recibos relativos a salários e férias, sem assistência.
- d) os atos praticados pelos menores entre 18 anos e 21 anos serão nulos se não assistidos.

75. Pode-se afirmar, da disciplina dada pelo Código Civil ao domicílio civil de pessoa natural:

- a) que este é um conceito puramente subjetivo, na medida em que é definido como "o lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo".
- b) que não é um conceito puramente subjetivo, pois o Código Civil indica as circunstâncias externas reveladoras do propósito da pessoa fazer de determinado lugar seu domicílio.
- c) que o Código Civil só admite que a pessoa natural tenha um único domicílio, embora possa ter várias residências.

- d) que a pessoa natural não pode escolher seu domicílio, decorrendo ele das circunstâncias objetivas previstas na lei.

76. A lei civil considera erro substancial, que quando inescusável torna anulável o ato jurídico:

- a) I- o que interessa à natureza do ato; II- o que interessa ao objeto principal da declaração; III- o que recai sobre alguma de suas qualidades essenciais; IV- o que diz respeito às qualidades essenciais da pessoa a quem a declaração se refere.
b) I- o que decorre de dolo; II- o que interessa ao objeto principal da declaração; III- o que recai sobre alguma de suas qualidades essenciais; IV- o que diz respeito às qualidades essenciais da pessoa a quem a declaração se refere.
c) I- o que interessa à natureza do ato; II- o que interessa ao objeto principal ou secundário da declaração; III- o que recai sobre alguma de suas qualidades essenciais; IV- o que diz respeito às qualidades essenciais da pessoa a quem a declaração se refere.
d) I- o que interessa à natureza do ato; II- o que interessa ao objeto principal da declaração; III- o que recai sobre alguma de suas qualidades essenciais; IV- o que decorre de falsa causa.

77. Pode-se afirmar, quanto à prescrição de direitos civis:

- a) que não corre contra menores de 18 anos.
b) a interrupção da prescrição só pode ser promovida pelo titular do direito em via de prescrição.
c) na ausência de prazo expresso em lei a lacuna será suprida pelos meios admitidos em direito.
d) não se admite aplicação analógica de prazo prescricional.

DIREITO COSTITUCIONAL

78. Compete ao Supremo Tribunal Federal:

- a) processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
b) processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de lei federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei federal ou estadual.
c) processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
d) processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

79. Aponte o enunciado que exaure a competência da Justiça do Trabalho:

- a) compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.
b) compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho.

- c) compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.
- d) compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas, e executar de ofício contribuições sociais.

80. A contribuição fixada pela assembléia sindical, conhecida como confederativa:

- a) deve ser paga obrigatoriamente por todos os integrantes da categoria, pois há expressa previsão de sua instituição na Constituição Federal.
- b) só pode ser cobrada compulsoriamente dos sócios do sindicato, dado que a Constituição assegura a liberdade de filiação ou não filiação ao sindicato.
- c) é obrigatória para todos os integrantes da categoria, pois sua cobrança não implica em transformar o contribuinte em filiado ao sindicato.
- d) é obrigatória para todos os integrantes da categoria, quando substituiu a contribuição sindical prevista em lei.

81. O Tribunal de Contas da União:

- a) integra o Poder Judiciário e seus Ministros têm todas as garantias da Magistratura.
- b) é órgão auxiliar do Poder Legislativo e seus Ministros têm as mesmas garantias, prerrogativas e vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) é órgão auxiliar do Poder Legislativo e seus Ministros têm as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- d) é órgão autônomo de fiscalização das contas do Poder Executivo Federal.

82. São manifestações do “devido processo legal”, assegurado pela Constituição Federal, entre outros:

- a) I – o princípio da publicidade dos atos processuais; II – impossibilidade de utilizar-se em juízo prova obtida por meio ilícito; III – o postulado do juiz natural; IV – contraditório; V – procedimento regular.
- b) I – garantia do juiz natural; II – direito à ampla defesa; III – acesso incondicionado ao Judiciário; IV – justiça gratuita.
- c) I – garantia do juiz natural; II – publicidade dos atos processuais; III – fundamentação de todas as decisões; IV – direito a qualquer tipo de ação.
- d) I – garantia do juiz natural; II – publicidade dos atos jurisdicionais ou administrativos dos Tribunais; III – duplo grau de jurisdição; IV – garantia de ampla defesa; V – princípio da oralidade.

83. A Constituição Federal de 1988 instituiu o regime jurídico único para os servidores públicos, sendo que a União regulamentou tal dispositivo através da lei 8.112. Aponte a hipótese correta:

- a) as ações propostas pelos servidores enquanto regidos pela CLT perante a Justiça Federal continuaram a ser de competência dessa Justiça, quando os servidores passaram ao regime estatutário.
- b) as ações dos servidores que eram regidos pela CLT continuaram sendo de competência da Justiça do Trabalho, ainda quando fossem discutidos direitos decorrentes do estatuto.

- c) todas as ações dos servidores que haviam sido regidos pela CLT passaram para a competência da Justiça Federal, tão logo promulgada a lei 8.112.
- d) as ações dos servidores versando direitos trabalhistas continuam sendo da Justiça do Trabalho, mesmo após a promulgação da lei 8.112.

84. A independência funcional do Ministério Público na Constituição Federal:

- a) é assegurada à instituição como um todo, explicitando sua não subordinação a qualquer dos poderes do Estado.
- b) é assegurada ao seu chefe, na esfera federal e nas estaduais, significando a não subordinação do Chefe da Procuradoria ao Chefe do Executivo (Presidente da República ou Governador do Estado) que o nomeia.
- c) é assegurada a todos os seus membros, pelo que não se pode impor um procedimento funcional a um órgão do Ministério Público.
- d) significa a não subordinação dos Ministérios Públicos estaduais ao Procurador Geral da República.

DIREITO ADMINISTRATIVO

85. Os efeitos reflexos do ato administrativo são considerados:

- a) típicos, que refluem sobre outra relação jurídica, mas não atingem terceiros.
- b) atípicos, que atingem terceiros, não objetivados pelo ato.
- c) atípicos, porque é o efeito final do próprio ato, como o rompimento do vínculo empregatício em decorrência do ato de demissão.
- d) típicos porque alcançam terceiros como o locatário de imóvel desapropriado.

86. Em matéria de Administração Pública, aponte a hipótese correta:

- a) a descentralização funcional realiza-se ao criar pessoas de Direito Público, como as autarquias, opondo-se à descentralização territorial ou geográfica.
- b) a intervenção do Estado no domínio econômico levou os poderes públicos a assumirem as formas de empresas públicas, sociedades comerciais limitadas, cooperativas e autarquias.
- c) as chamadas entidades paraestatais são as fundações, as empresas públicas, os estabelecimentos alfandegários e as autarquias.
- d) autarquia é todo serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receitas do Estado.

87. Da responsabilidade do servidor público, aponte a hipótese correta:

- a) o servidor responde apenas civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- b) a responsabilidade civil decorre somente de ato omissivo, doloso, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- c) tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- d) a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, desde que culposo, ainda que não resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

88. Aponte a hipótese correta:

- a) poder hierárquico é aquele pelo qual o Executivo distribui e escolhe as funções de seus órgãos, em que prevê a atuação de seus agentes, estabelecendo com isso uma relação de subordinação entre os servidores do seu quadro pessoal.
- b) poder disciplinar é conferido por lei à Administração Pública para praticar os atos de sua competência, determinando-se os deveres dos servidores.

- c) poder regulamentar é aquele que somente o Presidente da República dispõe para explicar a lei.
- d) poder de polícia é o poder pelo qual a lei confere à Administração de forma explícita e implícita para praticar os atos administrativos com liberdade de escolha de sua conveniência, conteúdo e oportunidade.

DIREITO PENAL

89. Em relação aos crimes contra o patrimônio é possível dizer:

- a) furto privilegiado pode ocorrer com atividade fraudulenta e mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- b) o caixa de estabelecimento comercial que subtrai dinheiro, enganando o patrão, pratica apropriação indébita.
- c) a pessoa que se apresenta como proprietário, sem o ser onde o carro está guardado e o leva embora, pratica furto qualificado.
- d) um meliante que subtrai bem alheio com arma de brinquedo pratica roubo.

90. Em matéria de crimes contra a Administração pública, pode-se dizer:

- a) denúncia caluniosa – pessoa que conta para diversos amigos que um vizinho seu praticou crime, sabendo de sua inocência, só com a intenção de que o órgão policial, iniciasse uma investigação.
- b) falso testemunho – é a distorção da verdade feita de forma acintosa pelo réu, em depoimento na audiência trabalhista.
- c) não causa extinção da punibilidade a retratação feita antes da sentença.
- d) não constitui crime oferecer vantagem a testemunha para falsear depoimento se a vantagem não é aceita.

DIREITO INTERNACIONAL

91. Considerando cada um dos itens abaixo (I, II e III), aponte a hipótese correta:

I – Recebe sua investidura através de carta-patente.

II – Representante escolhido entre os nacionais do Estado em que vai servir.

III – Pedido de “Agreement”.

- a) consul, consul “missi”, diplomata.
- b) diplomata, consul “electi”, diplomata.
- c) consul, consul “electi”, diplomata.
- d) consul, diplomata, consul “missi”.

92. Em uma das hipóteses abaixo vem registrada uma figura internacional, que apesar de sua importância, não era considerada uma organização e em 1995 foi substituída por um organismo mais abrangente. Aponte-a:

- a) FMI, BIRD, OIT.
- b) OMC, GATT, UNESCO
- c) OMS, FAO, UPU.
- d) OIT, CECA, EURATOM.

93. Em relação ao Estado, como sujeito de direito internacional, temos:

- a) o seu território é um dos elementos que o caracterizam, correspondente ao país, como tal delineado nos mapas.
- b) a noção do território é geográfica e não jurídica e compreende o domínio terrestre, lacustre, fluvial e aéreo, este último correspondente à porção específica além da atmosfera.

- c) a noção de território compreende o domínio terrestre, aéreo, lacustre, fluvial, sendo o nosso mar territorial de duzentas milhas.
- d) a noção de território, compreende o solo, subsolo, a coluna de ar correspondente, as linhas limites naturais e artificiais, as águas internas e o mar territorial.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

94. Integram o salário-de-contribuição para fins de cálculos dos valores devidos à Previdência Social, as seguintes parcelas:

- a) gorjetas (espontâneas ou compulsórias); vale-transporte, recebido na forma da legislação própria; horas extras; férias normais gozadas na vigência do contrato de trabalho.
- b) aviso prévio trabalhado; salário-família, que exceder ao valor legal obrigatório; salário-maternidade; comissões.
- c) salário "in natura"; diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal do empregado; 13º salário; abono de férias.
- d) quinze primeiros dias de afastamento do auxílio-doença; as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da lei 5.929/73; prêmios contratuais ou habituais; adicional de insalubridade.

95. É assegurada aposentadoria no regime geral de Previdência Social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

- a) sessenta e cinco de idade, se mulher, e setenta anos de idade, se homem, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos.
- b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, aumentado em cinco anos o limite para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o garimpeiro e o pescador artesanal.
- c) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, além de trinta anos de contribuição, se homem, e vinte e cinco anos de filiação, se mulher, excluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
- d) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

DIREITO COMERCIAL

96. Aponte a hipótese correta:

- a) a sentença declaratória de falência pode retroagir no máximo noventa dias contados do primeiro protesto.
- b) a sentença declaratória de falência pode retroagir, no máximo 90 dias da data de seu último protesto.
- c) a sentença declaratória pode retroagir, no máximo sessenta dias contados do último protesto.
- d) a sentença declaratória de falência pode retroagir, no máximo sessenta dias contados do primeiro protesto.

97. Em relação aos órgãos da sociedade anônima, pode-se dizer. Aponte a hipótese correta:

- a) a A.G.O. tem por "quorum" de instalação um quarto do capital social com direito a voto e delibera por maioria absoluta.

- b) a A.G.E. tem por “quorum” de instalação um terço do capital social com direito a voto e delibera por maioria absoluta.
- c) a A.G.E. é convocada para corrigir a expressão monetária do capital e para tanto delibera com o “quorum” qualificado.
- d) a lei exige “quorum” qualificado para deliberação sobre incorporação, fusão ou cisão, na A.G.O.

98. Considerando cada um dos itens abaixo (I, II, III e IV), aponte a hipótese correta:

- I - Sociedade em Comandita simples
- II - Sociedade Anônima
- III - Sociedade de Capital e Indústria
- IV - Sociedade de Responsabilidade Limitada

- a) de pessoas; de capital; de capital; de capital.
- b) firma; firma; denominação; firma.
- c) contrato social; estatuto; contrato social; estatuto.
- d) dois tipos de sócios; responsabilidade mínima; responsabilidade solidária dos capitalista; o uso da firma cabe aos sócios gerentes.

99. Aponte a hipótese correta:

- a) a “quota” ou “ação” são partes do capital social e pertencem à sociedade.
- b) os atos do registro de empresas praticados pelas Juntas Comerciais são a matrícula, o depósito, o arquivamento e a certificação.
- c) a principal sanção imposta à sociedade que explora irregularmente sua atividade econômica é a multa administrativa estabelecidas pela Junta Comercial.
- d) a sociedade que irregularmente exerce sua atividade, sujeita-se, em relação aos seus sócios à responsabilidade ilimitada.

100. Em relação ao estabelecimento comercial, pode-se dizer:

- a) o ponto, também chamado de “propriedade comercial” diz respeito ao local em que o empresário estabelece o seu negócio.
- b) o “aviamento” inclui-se entre os elementos corpóreos do estabelecimento.
- c) a renovatória é uma espécie de contrato que o locador comercial assina com o locatário, renovando por mais cinco anos o aluguel do imóvel.
- d) os bens industriais, como a patente de invenção, a marca registrada e o modelo de utilidade, elementos corpóreos, têm dispositivos protetores no ordenamento jurídico pátrio.